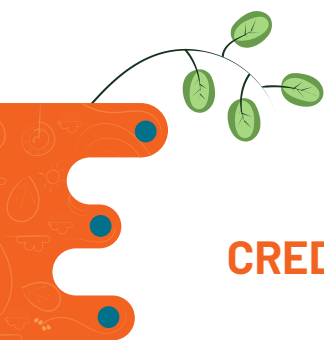


EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA DE GÊNERO PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA: ARTICULAÇÕES E AÇÕES DE DEFESA DE POLÍTICAS

Escrito por:

Nancy Pellowski Wiger, Chris
Johnstone e Giselle Caretto,
Universidade de Minnesota





CREDITOS

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Education Out Loud. Seu conteúdo é de exclusiva responsabilidade da CLADE e da Universidade de Minnesota, e não reflete necessariamente as opiniões dos doadores Oxfam Dinamarca e GPE.

TEXTOS:

Pesquisa: Equipo Global Learning Partner de la Universidad de Minnesota – Aditi Arur, Giselle Caretto, Joan DeJaeghere, Chris Johnstone, Nancy Pellowski Wiger y Matthew Schuelka

Edição e revisão de estilo: Esteban Zapata

Revisão: Laura Gianecchini, Nelsy Lizarazo e Israel Quirino

Desenho e diagramação: Gabriel Hidalgo

Revisão de desenho: Thais Iervolino

Coordenação regional: Nelsy Lizarazo

A CLADE conta com o apoio financeiro de:

Education Out Loud / Global Partnership for Education, KIX / Global Partnership for Education, Associação Alemã para a Educação de Adultos (DVV International), OXFAM DK.AM DK.

ESCRITÓRIO CLADE:

Av. Prof. Alfonso Bovero, 430, cj. 02. Perdizes.

CEP 01254-000 São Paulo - SP - Brasil

Telefone: +55 11 3853-7900

clade@redclade.org | www.redclade.org

Outubro de 2025

É permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que seu conteúdo não seja alterado e a fonte seja mencionada.

RESUMO EXECUTIVO

As desigualdades de gênero na educação e a justiça climática são duas das necessidades mais urgentes do nosso tempo, mas os dois conceitos frequentemente estão desconectados. Esta Nota de Política busca vincular a educação transformadora de gênero (ETG) com a justiça climática ao: 1) resumir a literatura atual que vincula gênero e desastres climáticos e o papel da educação para lidar com as desigualdades; 2) identificar os vínculos existentes entre gênero e justiça climática em acordos internacionais; 3) conceituar a ETG para a justiça climática; e 4) propor ações de incidência de políticas que podem ajudar a facilitar os vínculos entre a ETG e a justiça climática. Este documento se concentra na ação climática na região da América Latina e do Caribe (ALC), mas as considerações podem ser aplicáveis em outros locais do mundo.

Este resumo usa uma lente interseccional e transformadora de gênero para identificar os impactos de gênero dos desastres climáticos na escolaridade e no bem-estar, com foco específico na ALC. Também destaca os marcos nacionais existentes que vinculam gênero e justiça climática e conceitua a ETG para a justiça climática. Por fim, traz recomendações de defesa para apoiar a educação transformadora de gênero e justa em relação ao clima.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E EFEITOS DE GÊNERO: DEFININDO O PROBLEMA

As evidências sugerem que os riscos climáticos e os efeitos da mudança climática são diferenciados por gênero. Quando os dados são desagregados por sexo ou orientação biológica, por exemplo, é fácil ver como os diferentes riscos climáticos podem afetar de forma significativa as pessoas em diferentes papéis de gênero. Os efeitos das mudanças climáticas, como secas ou furacões devido ao aumento das temperaturas, na educação e no bem-estar dos indivíduos, dependem do contexto e das diferentes vulnerabilidades de cada um, incluindo gênero e normas sociais, status econômico e localização, além de outros fatores.^{1, 2} Por exemplo, após um desastre natural, pode-se esperar que meninos de famílias de baixa renda abandonem a escola para trabalhar, enquanto meninas desalojadas podem ter que abandonar a escola para encontrar água, lenha e cuidar dos irmãos. Jovens de famílias LGBTQAI+ são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas porque enfrentam múltiplas formas de discriminação^{3, 4} que restringem seus direitos humanos básicos à moradia, alimentação e educação. A tabela abaixo traz um resumo das necessidades desproporcionais de gênero relacionadas aos impactos dos desastres climáticos na escolarização de meninos/homens, meninas/mulheres jovens e famílias LGBTQAI+.

- 1 Erman, A., DeVries Robbé, S.A., Thies, S.F., Kabir, K., & Maruo, M. (2021). *Gender dimensions of disaster risk and resilience: Existing evidence*. World Bank. <https://hdl.handle.net/10986/35202>
- 2 Fruttero, A., Halim, D., Broccolini, C., Coelho, B., Gninafon, H., & Muller, N. (2024). Gendered impacts of climate change: Evidence from weather shocks. *Environmental research*: 3(4), 045018. <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/2752-5295/ad8025/meta>
- 3 Bleeker, A., Escribano, P., Gonzales, C., Lliberati, C., & Mawby, B. (2021). *Advancing gender equality in environmental migration and disaster displacement in the Caribbean, Studies, and perspectives series-ECLAC subregional headquarters for the Caribbean*, No. 98. United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f31b2e7b-6ed8-4d0d-96a9-c75e4a059747/content>
- 4 Chakma, T. (2023). *LGBTQ+ communities and climate change*. Gender + Environment Data Alliance. https://genderenvironmentdata.org/wp-content/uploads/2023/10/GEDA_LiteratureLandscapeSummary_LGBTQCommunitiesandClimateChange_v1.pdf



Tabela 1: Resumo das necessidades de gênero relacionadas aos efeitos dos desastres climáticos sobre a escolaridade e o bem-estar

QUEM	IMPACTOS DOS DESASTRES CLIMÁTICOS NA EDUCAÇÃO E NO BEM-ESTAR
Meninos/homens	- Os meninos com maior exposição pré-natal a inundações tiveram menos anos de escolarização (Colômbia). - Meninos saíram da escola para reduzir as despesas relacionadas à escola, como transporte (secas de 2011 no México). - Meninos deixaram a escola para trabalhar (ciclones tropicais de 2003 em Fiji). - As secas <i>aumentaram</i> as matrículas escolares de meninos de domicílios de baixa renda com pouca ou nenhuma riqueza fundiária (seca de 2001-2002 na Nicarágua).
Jovens e famílias LGBTQAI+	- Há <u>poucas evidências</u> sobre como os desastres climáticos afetam as minorias de gênero. - As famílias LGBTQAI+ enfrentaram mais riscos de segurança e violência nos alojamentos, e foram excluídas da distribuição de alimentos de emergência quando as cestas foram oferecidas exclusivamente às mulheres como "mulheres chefes de família" (terremoto de 2010 no Haiti). - As famílias LGBTQAI+ tiveram dificuldades para encontrar uma moradia segura após o furacão Dorian devido ao aumento da violência em abrigos coletivos (Furacão Dorian de 2019 nas Bahamas). - A ajuda humanitária em caso de desastres (alimentos e roupas) foi restrita aos bairros da classe trabalhadora e às zonas de prostituição, onde viviam famílias LGBTQAI+ (terremoto no Chile em 2010). - A mudança climática pode aumentar as disparidades de saúde para as populações LGBTQAI+, pois elas são mais suscetíveis aos impactos da mudança climática e têm menos recursos para se recuperar deles (Estados Unidos).



Meninas/ mulheres

- As meninas sofreram maiores perdas de anos de escolaridade devido ao aumento das temperaturas do que os meninos ([amostra de 130 países](#)).
- As meninas têm maior probabilidade de serem as primeiras a abandonar a escola (em comparação com os meninos) quando os recursos domésticos são afetados por crises climáticas ([Etiópia, Índia, Peru, Vietnã](#)).
- Um aumento de 1°C está associado a uma redução de 34% na renda total das famílias chefiadas por mulheres em relação às famílias chefiadas por homens ([24 países, incluindo Equador e Peru](#)).
- É mais provável que as meninas faltem à escola ou sejam retiradas da escola após crises climáticas para obter renda, ajudar nas tarefas domésticas (encontrar combustível e água) e cuidar dos irmãos ([LAC](#)).
- A crise climática leva as famílias a casarem suas meninas mais cedo para reduzir as despesas domésticas⁵ ([globalmente](#)).
- Meninas faltam à escola quando estão menstruadas porque as escolas não têm instalações básicas de higiene e saneamento⁵ ([globalmente, Jordânia e Sudão](#)).
- A mudança climática causou insegurança hídrica, alimentar e econômica e deslocamento, exacerbando a violência baseada em gênero contra meninas/mulheres ([globalmente](#)). O aumento das temperaturas foi associado ao aumento da violência contra meninas e mulheres, pois cada grau centígrado de aumento na temperatura foi associado a um aumento de 4,49% na prevalência de violência contra mulheres e meninas ([Sul da Ásia](#)).
- Meninas e mulheres relataram estupro durante a coleta de água, combustível e alimentos após as enchentes ([enchentes no Sudão em 2020](#)).
- As mulheres indígenas estão particularmente expostas ao risco de violência direcionada, pois desempenham funções de defensoras dos direitos humanos ambientais ([globalmente](#)).

5 Resurrección, B.P., Bee, B.A., Dankelman, I., Young Park, C.M., Haldar, M., & McMullen, C.P. (2019). *Gender-transformative climate change adaptation: Advancing social equity*. Documento de referência para o relatório de 2019 da Comissão Global de Adaptação. <https://gca.org/reports/gender-transformative-climate-change-adaptation-advancing-social-equity/>



FATORES AGRAVANTES: GÉNERO, CLIMA E RISCO REGIONAL

Na América Latina e no Caribe (ALC), as desigualdades econômicas e de gênero – combinadas com o aumento dos desastres climáticos – causam grandes interrupções na educação. A ALC é a região com maior desigualdade econômica, com a maior diferença entre o 1% mais rico e os 50% mais pobres de qualquer região,⁶ já que dois dos três homens mais ricos da ALC têm mais riqueza do que 334 milhões de pobres.^{7,8} A diferença aumentou nos últimos 25 anos, uma vez que os mais ricos têm 55 vezes mais riqueza do que a metade mais pobre da região.⁶

As lacunas de desigualdade também persistiram e se ampliaram para grupos historicamente excluídos, incluindo mulheres, meninas e pessoas LGBTQIA+. Pesquisadores descobriram uma grande diferença de ganhos que favorece os homens em relação às mulheres na América Latina e no Caribe, o que se deve a características não observáveis associadas a preconceitos discriminatórios de gênero (em vez de características pessoais, como nível de escolaridade,

setor econômico, urbano/rural etc.).⁹ Na América Latina e no Caribe, constatou-se que as famílias com uma mulher criando os filhos sozinhas tinham uma renda total de US\$ 8,40/dia, em comparação com a média de US\$ 14,90/dia das famílias da América Latina e do Caribe¹⁰. Essas desigualdades afetam o acesso à educação, pois as famílias mais pobres das áreas rurais têm uma taxa de frequência escolar de 69%, 13 pontos percentuais abaixo das famílias mais ricas que vivem em áreas urbanas⁶.

As mudanças climáticas, como o aumento das temperaturas, a alteração dos padrões de precipitação e o aumento da incidência de secas e doenças transmitidas por vetores (por exemplo, dengue, malária, zika) são cada vez mais comuns na ALC.¹¹ Em 2021, 9 em cada 10 crianças na ALC foram expostas a pelo menos dois desastres climáticos e ambientais por ano (por exemplo, ondas de calor, ciclones, furacões, escassez de água).¹² As mudanças climáticas na ALC resultaram em grandes inundações e secas e aumentaram a taxa de doenças infecciosas (por exemplo, cólera, disenteria). Tem-se argu-

- 6 Brown, C., Naveda, E., Paz Arauco, V., & Ruiz, S. (2024). *Econonuestra: Time for an economy for everyone*. https://oi-files-cng-v2-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/lac.oxfam.org/s3fs-public/DocumentoDiagramado_ENG.pdf
- 7 Oxfam México. (2024). El monopolio de la desigualdad: Cómo la concentración del poder corporativo lleva a un México más desigual. <https://www.oxfam.mx/wp-content/uploads/2024/01/El-monopolio-de-la-desigualdad-Davos-2024-Briefing-Paper.pdf>
- 8 Sanchez, J. (2024, August 22). *The ten richest Latin Americans in 2024, by wealth*. Statista. <https://www.statista.com/statistics/957865/richest-latin-americans-by-wealth/>
- 9 Urquidí, M., & Chalup, M. (2023). *The gender earnings gap in Latin America and the Caribbean: An analysis of its components*. Inter-American Development Bank. <https://publications.iadb.org/en/gender-earnings-gap-latin-america-and-caribbean-analysis-its-components#:~:text=The%20earnings%20gap%20favoring%20men,Published:%202025>
- 10 Buitrago-Hernandez, P., De Hoop, J., Ishak, P., Melgar Calderon, R., & Ñopo, H. (2024, March 1). *Poverty is not gender neutral in Latin America and the Caribbean*. World Bank. <https://blogs.worldbank.org/en/latinamerica/poverty-not-gender-neutral-latin-america-and-caribbean#:~:text=Households%20with%20one%20woman%20raising,that%20for%20the%20region%20overall>
- 11 Blackman, A., Cavallo, E., Hoffman, B., Vogt-Schilb, A., Alejos, L., Alfonzo, M., Alpizar, F., Alvarez, L., Balza, L., Bebczuk, R.N., Blyde, J.S., Bos, M.S., Celis, C., Delgado, R., Dolabella, M., Calatayud, A., Dueñas, J., Gabrielli, V., Galindo, A.,... Yáñez-Pagas, P. (2025). *Peril and promise: Tackling climate change in Latin America and the Caribbean*. Inter-American Development Bank. <http://dx.doi.org/10.18235/0013427>
- 12 UNICEF. (2021a, August 20). *Nine out of ten children in Latin America and the Caribbean are exposed to at least two climate and environmental shocks*. UNICEF. <https://www.unicef.org/lac/en/press-releases/children-latin-america-and-caribbean-are-exposed-climate-climate-environmental-shocks>





mentado que as crianças mais novas (na educação infantil) são desproporcionalmente vulneráveis a crises climáticas (como a enchente de 2024 [no Rio Grande do Sul](#), no Brasil) devido às suas necessidades específicas de desenvolvimento.¹³ Além disso, os povos indígenas da América Latina são vistos como particularmente vulneráveis às crises climáticas, pois grande parte de sua subsistência provém de recursos florestais e hídricos¹⁴. A mudança climática está afetando a educação em todos os níveis, e grupos como [a UNESCO argumentam](#) que os elementos da mudança climática e da redução do risco de desastres devem ser integrados à educação de adultos.

Além disso, as mudanças climáticas afetam o bem-estar que, por sua vez, afeta a educação – por exemplo, o estresse e a ansiedade ecológica dos jovens¹⁵ podem, por sua vez, aumentar o absenteísmo escolar.¹⁶ A mudança climática aumenta a vulnerabilidade dos mais marginali-

zados na educação, especialmente as meninas; as crianças com menor escolaridade são mais suscetíveis a choques e estresses ambientais, mais propensas a sair da escola para trabalhar e mais propensas a serem deslocadas quando ocorre um desastre.¹⁷

Considerando os efeitos específicos de gênero e contexto dos desastres climáticos na educação, a próxima seção destaca as estruturas e políticas internacionais criadas na tentativa de atender a essas necessidades.

CONEXÕES EXISTENTES ENTRE GÊNERO E CLIMA EM ACORDOS INTERNACIONAIS

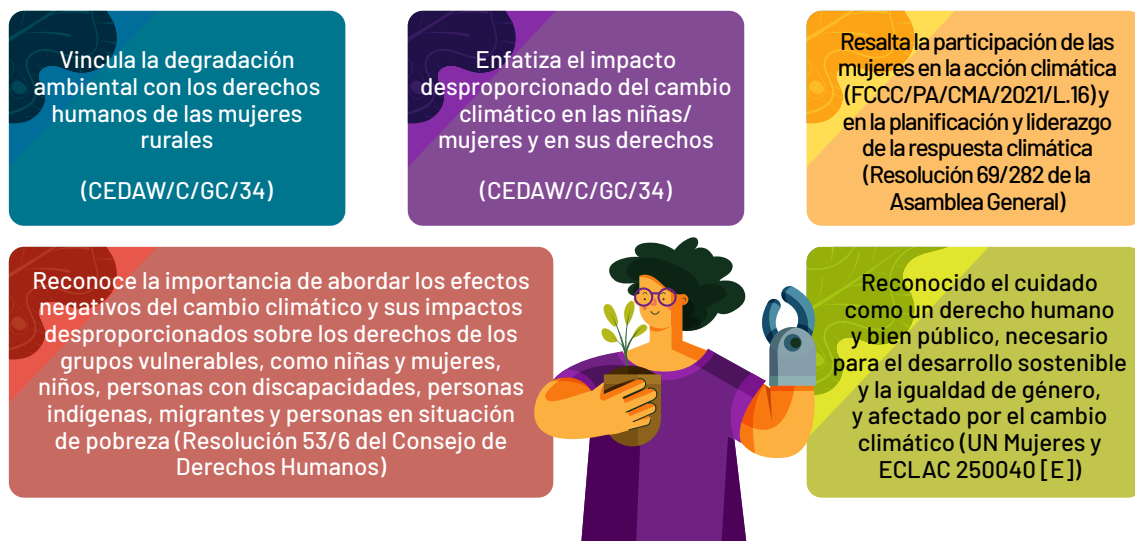
As estruturas e políticas nacionais estão cada vez mais atendendo às necessidades dos grupos marginalizados e aos impactos dos desastres ambientais sobre eles.¹⁸ A **Figura 1** destaca

- 13 Jucá, B., & Barbosa, L. (2024, March 15). *Brazilian youngsters discuss how they are tackling the climate emergency*. Mongabay. <https://news.mongabay.com/2024/03/brazilian-youngsters-discuss-how-they-are-tackling-the-climate-emergency/#:~:text=The%20climate%20crisis%20and%20the,of%20violations%20of%20their%20rights.>
- 14 Kronik, J., & Verner, D. (2010). The role of Indigenous knowledge in crafting adaptation and mitigation strategies for climate change in Latin America. In R. Meams & A. Norton (Eds.), *Social dimensions of climate change: Equity and vulnerability in a warming world* (pp. 145-172). The World Bank. DOI 10.1596/978-0-8213-7887-8.
- 15 Nandyal, N. (2025). *Youth agency in the face of climate change: The promises and limits of environmental education in coastal Ecuador* (em processo de publicação). (Tese de doutorado, Universidade de Minnesota). ProQuest Dissertations & Theses.
- 16 Pinchoff, J., Etetim, E-O., Babatunde, D., Blomstrom, E., Ainul, S., Akomolafe, T.O., Carranza, B.M., Del Valle, A., & Austrian, K. (2025). How climate change is shaping young people's health: A participatory, youth co-led study from Bangladesh, Guatemala, and Nigeria. *British Medical Journal (BMJ) Global Health*, 10(1), e016788. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2024-016788>
- 17 UNICEF. (2021b). *The climate crisis is a child rights crisis: Introducing the children's climate risk index*. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF). <https://www.unicef.org/media/105376/file/UNICEF-climate-crisis-child-rights-crisis.pdf>
- 18 UN Secretary-General. (2022). *Achieving gender equality and the empowerment of all women and girls in the context of climate change, environmental and disaster risk reduction policies, and programs*. (E/CN6/2022/3). United Nations. <https://digitallibrary.un.org/record/3956348?ln=en&v=pdf#record-files-collapse-header>.





Figura 1: Estruturas e políticas internacionais que incluem uma abordagem interseccional para a justiça climática



estruturas e políticas internacionais recentes que reconhecem a natureza interseccional e, muitas vezes, de gênero das mudanças climáticas em diferentes grupos vulneráveis. Inclui também o recém-adotado Compromisso de Tlatelolco, adotado pelos Estados membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe na décima sexta sessão da Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe, em agosto de 2025. Esse Compromisso reconhece o cuidado como um direito humano e um bem público que está ameaçado pelas mudanças climáticas e se compromete a estabelecer uma sociedade do cuidado para o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero.

De acordo com o Acordo de Paris, os países enviam Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) descrevendo seus planos de ação climática pós-2020. No entanto, apenas 26% das NDCs mencionaram a educação como uma estratégia de adaptação e mitigação das mu-

danças climáticas¹², sinalizando que é necessário mais trabalho para integrar a educação às NDCs e criar políticas e sistemas educacionais transformadores de gênero e justos em relação ao clima. Considerando as necessidades destacadas acima – e a recente vontade política de usar uma lente interseccional com foco na justiça climática e de gênero – a próxima seção descreve os principais pontos de defesa para intervenções que promovam a educação transformadora de gênero e a justiça climática.

COMO O GTE PODE INFORMAR A JUSTIÇA CLIMÁTICA

A educação transformadora de gênero busca reconhecer as causas das desigualdades e injustiças de gênero e mudar atitudes e comportamentos em todas as partes de um sistema educacional.¹⁹ Um sistema educacional inclui políticas educacionais, dados/evidências, cur-

19 UNGEI. (2025). *Gender-transformative education glossary*. United Nations Girls' Education Initiative. <https://www.ungei.org/gender-transformative-education-glossary>





rículos, pedagogías, ambiente escolar, participación democrática en la educación (incluyendo niñas, jóvenes, profesores etc.) e involucramiento y liderazgo de la comunidad. A ETG incluye la abordaje de disparidades (por ejemplo, en presupuestos, participación en la escuela, liderazgo, resultados etc.); la modificación de normas y estructuras en la educación, en el trabajo y en la salud; el uso de prácticas de enseñanza y currículos equitativos; la creación de espacios educativos saludables y seguros para los jóvenes en toda su diversidad; y la promoción del conocimiento, de las habilidades y de las acciones de los jóvenes.²⁰

En esta sección, presentamos dos lentes ETG que tienen el potencial de atender a las necesidades urgentes de justicia climática en la ALC y en el mundo entero. Para vincular estas prácticas de ETG en el sistema educativo a la modificación climática y a la promoción de la justicia climática, necesitamos ver **las acciones de defensa y las prácticas** educativas por medio de una lente interseccional y relacional.

El primer principio, una **lente interseccional**, puede ser usado para identificar cómo diferentes formas de desigualdad se agravan mutuamente, por ejemplo, con base en la identidad de género o orientación sexual, estatus de discapacidad, ingreso, raza o etnia, lugar de residencia y estatus de migrante.^{21, 22} La interseccionalidad informa a la ETG al centrarse en diferentes relaciones de poder basadas en estatus y experiencias, y sugiere que ningún ser humano es definido solo por una única identidad. Además, si una persona tiene más de una identidad marginalizada en una determinada sociedad, la discriminación, la estigmatización y el riesgo ambiental pueden ser acumulativos. La interseccionalidad considera a las personas como capaces de abordar, cambiar o responder a los cambios climáticos y sus efectos. Por eso, argumentamos que todos los riesgos climáticos deben ser examinados por medio de una lente interseccional para entender cómo diferentes personas viven los cambios y los efectos climáticos. La identidad de género es una

20 Plan International, Transform Education, UNGEI, and UNICEF. (2021). *Gender transformative education: Reimagining education for a more just and inclusive world*. <https://www.ungei.org/publication/gender-transformative-education>

21 Omega Institute for Holistic Studies. (2016, February 19). Kimberle Williams Crenshaw: What is intersectional feminism? [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=0TFy4zRslTY>

22 Turquet, L., Tabbush, C., Staab, S., Williams, L., & Howell, B. (2023). Feminist climate justice: A framework for action. Conceptual framework prepared for *Progress of the World's Women* series. UN Women.



consideração primária importante, mas examinar o risco por meio de uma lente interseccional pode ajudar a identificar como e por que a marginalização social interage com a injustiça climática.

O segundo princípio, uma **abordagem relacional para a justiça climática feminista**, reconhece que os seres humanos estão em relação uns com os outros e com a natureza, e exige o reconhecimento e o respeito de diversas identidades, a redistribuição de recursos, a representação de mulheres e grupos marginalizados na tomada de decisões sobre o clima e a reparação de danos passados e futuros.¹⁹ Uma abordagem do meio ambiente com base no feminismo centraliza o cuidado, as relações entre os seres humanos e a natureza e a interdependência. Essa visão se concentra em um mundo de qualidades em vez de quantidades, no qual as inter-relações de todos que habitam o planeta são vistas como uma fonte de sobrevivência e prosperidade.²³ Uma visão relacional feminista da justiça climática deixa de lado a abordagem da sobrevivência do mais apto (que geralmente gera um sofrimento incalculável) e prevê um modelo de terra compartilhada que exige comunicação, cuidado e respeito mútuo.

Uma abordagem interseccional e relacional para a ETG e a justiça climática trabalha para abordar as estruturas sociais em espaços e comunidades educacionais que causam discriminação e desigualdade e impulsionam as mudanças climáticas. Isso inclui o enfrentamento dos fatores estruturais das mudanças climáticas e das desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que reconhece as interdependências entre os seres humanos e os ecossistemas. Uma abordagem interseccional e relacional muda as práticas escolares, as pedagogias e os currículos para identificar e desafiar as desigualdades nas salas de aula e, ao mesmo tempo, promover práticas ambientais sustentáveis. Essa abordagem também inclui a representação de *todas* as vozes, a contestação das relações de poder, a promoção da mútua aprendizagem entre professores e a adoção de abordagens de toda a escola para garantir que os líderes descompactem as desigualdades de gênero e a sustentabilidade ambiental de vanguarda para criar escolas que sejam espaços seguros para todos os alunos.

23 Goodwin, B. (1994). How the leopard changed its spots. The science of complexity. Princeton University Press.



ADOTANDO AÇÕES

Com base nas conexões conceituais feitas nas seções acima, várias abordagens de defesa podem ser usadas para integrar a ETG à justiça climática. Recomendamos algumas ações abaixo, mas reconhecemos que essa não é uma lista completa. As barreiras estruturais causam efeitos desiguais das mudanças climáticas e impedem que grupos marginalizados tenham acesso igualitário à educação e aos sistemas de informação, limitando a mobilidade, a tomada de decisões e o acesso a recursos e treinamento.²⁴ Abaixo estão alguns dos principais pontos a serem recomendados para promover a educação transformadora de gênero e justa para o clima em diferentes níveis, usando uma visão interseccional e relacional para a justiça climática feminista.

NÍVEL ESCOLAR

1. **Incorporar uma abordagem transformadora de gênero à educação climática nas escolas.** Usar uma abordagem ETG com currículos que incluam habilidades para a vida e para a justiça climática. Por exemplo, a incorporação da ETG nas [diretrizes curriculares verdes](#) e no [padrão de qualidade da escola ecológica](#) pode ajudar as escolas a desenvolverem ações relacionais e coletivas para enfrentarem juntas as desigualdades de gênero e a injustiça climática. Além disso, as iniciativas de [jardinagem escolar](#) e [de alimentação escolar cultivada em casa](#) podem promover a frequência escolar, o emprego das mulheres e a conservação ambiental. Uma abordagem combinada de ETG e justiça climática pode ajudar os jo-

vens e os educadores a adquirir habilidades para solucionar problemas, reduzir suas pegadas de carbono, construir relacionamentos uns com os outros, trabalhar em prol da sustentabilidade ambiental e se tornar adultos conscientes em relação ao clima.²⁵ Integrar gênero em reformas climáticas educacionais, como [a alfabetização climática transformadora de gênero](#) e [a educação climática transformadora](#), pode ajudar a capacitar jovens e educadores a realizar ações sociais coletivas para alcançar a justiça climática e eliminar as desigualdades de gênero.

NÍVEL COMUNITÁRIO

1. **Reconhecer e identificar as interligações entre educação, gênero e mudança climática em seu contexto.** A mudança climática afeta a educação de diferentes maneiras, dependendo do gênero e de outras vulnerabilidades, e a educação transformadora de gênero pode desempenhar um papel importante na redução das desigualdades para alcançar a justiça climática. Desagregue os dados e realize estudos de impacto com base em diferentes vulnerabilidades para aprender sobre os impactos específicos e de gênero das mudanças climáticas na educação para diferentes grupos em seu contexto. As discussões e os projetos liderados pela comunidade, como as estufas [I-SEED](#) para mulheres e jovens afetados pela violência de gênero na Jamaica, podem ajudar a identificar os fatores que impulsionam as desigualdades de gênero e, ao mesmo tempo, criar meios de subsistência sustentáveis.

24 UN Women. (2025, April 21). *How gender inequality and climate change are interconnected*. ONU Mulheres. <https://www.unwomen.org/en/articles/explainer/how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected#:~:text=Women%20and%20girls%20are%20less,dengue%20fever%2C%20and%20Zika%20virus>.

25 UN Climate Change. (2023, December 8). *Breaking barriers: Gender-transformative education as a catalyst for climate justice* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=PHGlzzUETe0>

NÍVEIS DE POLÍTICA PÚBLICA E PLANEJAMENTO

1. **Considerando os impactos de gênero dos desastres climáticos na educação, use uma lente de ETG para adaptar todas as partes do sistema educacional para aumentar a resiliência climática.** Identificar as causas básicas, os riscos climáticos e as necessidades de gênero relacionadas à educação para jovens com dados desagregados e criar planos abrangentes para o setor educacional com base nesses estudos. Adapte os planos de resposta a emergências da escola para considerar as vulnerabilidades e necessidades de diferentes grupos ao restaurar o aprendizado após desastres naturais,²⁶ como as necessidades específicas de famílias, meninas e meninos LGBTQAI+ em seu contexto.
2. **Integrar os grupos marginalizados na elaboração de políticas e na liderança ambiental e educacional,** pois eles são os mais afetados pelos impactos das mudanças climáticas na educação. Grupos como *La Vía Campesina* pressionaram por abordagens transformadoras de gênero em relação às mudanças climáticas e se concentraram em aumentar a liderança de grupos historicamente marginalizados.¹⁹ Com uma lente interseccional, eles criaram espaços para grupos marginalizados, como grupos de trabalho de mulheres e um [Coletivo LGBT no Brasil](#). Eles também priorizaram a paridade de representação e criaram solidariedade inter-regional em seus esforços para promover os direitos dos camponeses e proteger o meio ambiente.
3. **Vincular as ações de justiça climática com políticas e programas sociais afirmativos de gênero.** Os indivíduos mais marginali-

zados economicamente nas sociedades geralmente são os que correm mais risco de sofrer desastres climáticos. Por exemplo, relações sociais e de gênero desiguais podem levar a responsabilidades desproporcionais de cuidado, principalmente para meninas e mulheres, que são exacerbadas pela mudança climática e podem limitar os resultados educacionais.⁵ Vincular lares chefiados por crianças, desigualdade de emprego e trabalho de cuidado não remunerado a iniciativas de ecologização pode ajudar a reduzir as desigualdades interseccionais e promover a justiça climática. [São necessárias mais avaliações de vulnerabilidade e adaptação](#) na ALC para criar políticas públicas interseccionais que aumentem a resiliência climática, reduzam as desigualdades sociais e melhorem a saúde da população. Apoiar políticas nacionais para integrar a perspectiva da justiça climática nos currículos escolares e em todos os tipos de aprendizado, adaptando a abordagem a cada estágio educacional. Priorize e ouça os apelos multissetoriais à ação, como [esta declaração feminista liderada por jovens](#) e a [Declaração de Fortaleza](#), para que a educação transformadora de gênero promova a justiça climática.

4. **Garantir que as respostas imediatas às emergências climáticas incluam o gênero.** Criar políticas e programas que considerem as necessidades específicas de diferentes grupos, como um abrigo seguro para que as famílias LGBTQAI+ não enfrentem [maiores riscos de segurança](#). Fornecer moradia segura, necessidades básicas para as famílias e creches, para que as famílias, os meninos e as meninas LGBTQAI+ possam retornar à escola (e não sejam retirados da escola para [trabalhar](#) ou [cuidar dos irmãos](#)).

26 Venegas Marin, S., Schwarz, L., & Sabarwal, S. (2024). The impact of climate change on education: And what to do about it. Washington D.C.: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/099043024150036726>

